JORNAL DA CÂMARA

BRASÍLIA-DF, QUARTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2014 | CÂMARA DOS DEPUTADOS | Ano 16 | Nº 3315

Gustavo Lima

Sessão para votar vetos foi marcada por debates sobre projeto do superavit

Alteração em meta fiscal deve ser votada hoje no Congresso

Ontem, os parlamentares analisaram 38 vetos que trancavam a pauta desde fevereiro

O projeto do governo que altera o superavit deste ano pode ser votado hoje no Plenário no Congresso, mas a oposição promete obstrução ferrenha e até guerra judicial contra a proposta. Para o presidente Henrique Alves, a mudança é necessária por exigência da conjuntura internacional. | 3

Agência Alagoas

Estatuto do Desarmamento

O projeto que flexibiliza o porte de armas de fogo será debatido hoje em comissão especial. A proposta é polêmica: dados mostram que campanhas do desarmamento ajudaram a reduzir assassinatos no País. | 7

Estatuto da Família exclui adoção por casais homossexuais

O texto tem dispositivo polêmico que limita a adoção a pessoas casadas civilmente ou em união estável com base na Constituição, que não reconhece casais homossexuais como entidade familiar. | 5

Câmara concede Medalha Mérito Legislativo a 47 personalidades

Serão condecoradas com a medalha, a mais alta distinção concedida pela Casa, personalidades e entidades que prestaram relevantes serviços ao Brasil. Entre elas estão políticos, jornalistas e artistas. | 2

Cobrança de pedágio em estrada inacabada pode ser proibida | 4

LEIA ESTA EDIÇÃO NO CELULAR

HOMENAGEM | Comenda é concedida a quem se destaca em suas áreas de atuação

Câmara entrega Medalha Mérito Legislativo a várias personalidades

A Câmara dos Deputados realiza hoje a entrega da medalha Mérito Legislativo a 47 personalidades e entidades que prestaram serviços relevantes ao Poder Legislativo ou ao Brasil. A cerimônia está marcada para as 10h, no Salão Negro.

Entre os homenageados desta edição estão personalidades do mundo artístico, como o cantor Almir Sater; do universo jurídico, como o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa; do jornalismo, como Milton Coelho da Graça; e da política, como o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab e o governador eleito do Maranhão, Flávio Dino. Entre as instituições contempladas com a medalha estão a Associação de Pessoas com Doença Falciforme e Talassemia de Belo Horizonte (Dreminas), o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg) e o Jornal Pequeno.

Luiz Marques

Criada em 1983, a medalha Mérito Legislativo é a mais alta distinção concedida pela Câmara dos Deputados. A indicação dos agraciados é realizada pelo presidente da Câmara, pelos integrantes da Mesa Diretora e pelos líderes de partidos políticos com representação na Casa. Cada líder partidário pode fazer uma indicação, e cada membro da Mesa Diretora, duas. As indicações são encaminhadas à Segunda-Secretaria, órgão responsável pela manutenção dos registros e arquivos relativos à medalha, concedida anualmente.

CENTRO CULTURAL

Inscrições para exposições 2015 terminam na sexta

Termina na sexta-feira o prazo de inscrição para o processo de seleção de exposições temporárias artísticas e históricas de 2015. A seleção se refer a para projetos nas áreas de fotografia, escultura, pintura, gravura, desenho e obras em papel, entre outros. Produções institucionais históricas também podem participar, desde que patrocinadas por órgãos e entidades estatais ou ONGs. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail centrocultural@camara.leg.br ou no endereço Palácio do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados – Anexo 1, sala 1602 - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF CEP 70160-900.

AGENDA

QUARTA-FEIRA
26 de novembro de 2014

Aumento da miséria
A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio promove audiência com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, para ouvir esclarecimentos sobre o aumento no número de miseráveis no Brasil. Plenário 5, 9h

Educação profissional
As comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática debatem "A importância da realização da 'worldskills' na cidade de São Paulo, em 2015. A worldskills é maior torneio de educação profissional do mundo. São convidados representantes da entidade e da prefeitura de São Paulo. Plenário 10, 9h

Trabalho escravo
A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realiza o seminário Trabalho Escravo Globalizado - Desafios Brasileiros. Com representantes da OIT, de empresas e do Executivo. Auditório Freitas Nobre, 9h

Alimentação adequada
A Comissão de Direitos Humanos e Minorias promove o seminário "Direito Humano à Alimentação Adequada e Agricultura Familiar". Participam trabalhadores, cooperativas e Executivo.

Obras irregulares
Reunião do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU. Com representantes do Ministério das Cidades, do Esporte, do Dnit e do TCU. Plenário 2, 10h

SBM Offshore
A Comissão Externa Investigações sobre a SBM Offshore e a Petrobras reúne-se para apreciação do relatório final. Plenário 14, 12h

Carros-pipa
A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia debate o abastecimento de água por carros-pipa, nas áreas afligidas pela seca. São convidados o ministro da Integração Nacional, representantes do Exército e de proprietários de carros-pipa. Plenário 15, 14h

Esporte de base
As comissões do Esporte, de Trabalho e de Constituição e Justiça debatem questões que envolvem o esporte de base e a formação de atletas. É convidado o ex-jogador e técnico da Seleção de Futebol Sub-20 Alexandre Gallo. Plenário 1, 14h30

Catadores
A Comissão Especial Seguridade Social dos Catadores faz audiência sobre o tema. Com representantes dos catadores de recicláveis, de engenheiros, da CNBB e do Executivo. Plenário 15, 14h30

Armas de fogo
Audiência da comissão especial que disciplina normas sobre armas de fogo. São convidados deputados e representantes de associações contra e a favor do uso de armas. Plenário 11, 14h30

Petrobras
A CPMI ouve o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima, Glauco Colepicolo; e a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Magda Chambriard. Plenário 2, Ala Senador Nilo Coelho, no Senado

Marketing multinível
A Comissão Especial Regulamentação do Marketing Multinível reúne-se para discussão e votação do relatório. Local a definir, 15h

Capital empreendedor
O Centro de Estudos e Debates Estratégicos discute os estudos "Capital Empreendedor", relatado pelo Deputado José Humberto; e "Mobilidade Urbana", relatado pelo deputado Ronaldo Benedet. Sala de Reuniões da Mesa, 15h

Patrimônio cultural
Lançamento do Guia de Preservação do Patrimônio Cultural da Câmara dos Deputados. Espaço do Servidor, 16h30

LEIA AGENDA COMPLETA NO CELULAR

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

1º Vice-Presidente
Arlindo Chinaglia (PT-SP)
2º Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD-RN)
1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB-AC)
2º Secretário
Simão Sessim (PP-RJ)
3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)
4º Secretário
Biffi (PT-MS)

Suplentes: **Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PE), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)**
Ouvidor Parlamentar: **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**
Procurador Parlamentar: **Claudio Cajado (DEM-BA)**
Corregedor Parlamentar: **Átila Lins (PSD-AM)**
Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**
Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**
Secretário-Geral da Mesa: **Mozart Vianna de Paiva**

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: Sérgio Chacon **(61) 3216-1500** **secom@camara.leg.br**

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas
Frederico Schmidt
Coordenador de Jornalismo
Antônio Vital

Editora-chefe
Rosalva Nunes
Editores
Sandra Crespo
Dourivan Lima

Diagramadores
Gilberto Miranda
Roselene Guedes
Renato Palet

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA)

ANÁLISE DE VETOS | Congresso Nacional limpa a pauta para viabilizar a análise do projeto que altera a meta fiscal

Sessão é marcada por disputa sobre superavit

Gustavo Lima

A oposição tentou esvaziar a sessão, mas o Congresso Nacional limpou a pauta, votando os 38 vetos presidenciais

Foram votados ontem, na sessão do Congresso Nacional, 38 vetos que trancavam a pauta desde o começo do ano. O debate, no entanto, foi dominado por outro tema: o projeto que muda o cálculo do superavit, desobrigando o governo de cumprir a atual meta fiscal (PLN 36/14).

A pauta trancada pelos vetos impedia a votação desse projeto, aprovado pela Comissão Mista de Orçamento na madrugada de terça-feira, e o governo lutou contra o quórum baixo para analisar os 38 itens e conseguir limpar a pauta para análise do superavit.

A votação do projeto que altera a meta fiscal do governo ficou para hoje, em sessão do Congresso marcada para o meio-dia. A oposição promete obstrução e até mesmo guerra judicial contra o projeto. O PSDB já entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo o trancamento da análise da proposta, com o argumento de que ela fere princípios econômicos.

Disputa - A oposição chamou a proposta de "lei da anistia" e "violação da Lei de Responsabilidade Fiscal". O candidato derrotado na disputa presidencial, senador Aécio Neves (PSDB-MG), disse que a base governista estava agindo com violência. "Não vamos permitir que essa irresponsabilidade seja perdoada", disse.

Quem saiu em defesa da proposta foi o líder do governo, deputado Henrique Fontana (PT-RS). Segundo ele, a presidente Dilma Rousseff aumentou os gastos para injetar dinheiro na economia brasileira e manter o salário e o emprego da população. "Crime seria fazer um arrocho fiscal que gera desemprego", avaliou.

Obstrução - Para tentar inviabilizar a análise dos vetos, a oposição tentou esvaziar a sessão, fez questionamentos regimentais e conseguiu adiar em duas horas o início da votação. Os parlamentares oposicionistas também avaliam à Justiça para anular a sessão, com o argumento de que cada veto deveria ser votado e discutido separadamente e não votados em um só ato, em cédula única, com todos os dispositivos. O objetivo dessa estratégia é evitar a votação do projeto que altera a meta de superavit.

Renan Calheiros negou os pedidos de votação separada da oposição sob o argumento de que as cédulas já são usadas desde a década de 90. A cédula, segundo ele, é a medida mais eficiente para essas votações. "Nas quatro sessões em que se usou painel, só foram votados sete vetos, ao passo em que, na cédula única, decidiu-se a respeito de 681 vetos", explicou.

Voto aberto - A oposição ressaltou que as cédulas eram reservadas à votação de vetos na época em que essa votação por sistema secreto, o que não ocorre mais. Desde a promulgação da PEC do Voto Aberto, em novembro de 2013, os vetos são votados em painel, um a um.

Foi uma reunião de líderes realizada no primeiro semestre por conta do acúmulo de vetos que abriu a possibilidade da votação em cédulas – essa foi a primeira vez que uma votação aberta de vetos foi feita com cédulas. O governo defendeu a legalidade da sessão.

Veja o resultado da votação dos vetos

ESFORÇO CONCENTRADO | Presidente cita três PECs e destaca a necessidade de Congresso votar o projeto de superavit

Câmara poderá concluir votações em 17 de dezembro

Gustavo Lima

Henrique Eduardo Alves: conjuntura internacional exige mudança no superavit

A Câmara poderá ter esforço concentrado em dezembro, anunciou ontem o presidente Henrique Eduardo Alves. A intenção é encerrar as votações do ano até o dia 17.

"Nós temos a PEC (358/13) do Orçamento Impositivo; a PEC 170/12, que dá proventos integrais às pessoas com deficiência, e há um compromisso desta Casa em votá-la; o segundo turno do aumento da receita de estados e municípios (PEC 426/14), que estarão em situação de falência a partir de 2015 e 2016; e algumas matérias ainda remanescentes de outros quóruns que não foram possíveis na campanha eleitoral", enumerou Alves.

Algumas dessas matérias já constam da pauta desta semana, mas a votação pode ser prejudicada pela sessão do Congresso Nacional que analisa o PLN 36/14, que altera o cálculo do superavit primário.

Luta política – Quanto ao projeto do superavit, o presidente destacou sua importância. Alves disse que o País vive um momento difícil, que precisa de decisões do Executivo e também do que ele chamou de "corresponsabilidade serena do Poder Legislativo".

"Embora a luta política seja natural, as razões são superiores a posições político-partidárias. É o País que está vivendo essa dificuldade, que todos nós conhecemos. É uma conjuntura internacional que exige, neste momento, essa atitude de alteração do superavit através de um processo que muda a LDO", afirmou.

"A oposição tem o direito de questionar e obstruir: é seu papel. Mas aqueles que estão em maioria na Casa têm o direito de comparecer e votar porque o Brasil, nesta hora, está precisando dessa participação do Poder Legislativo", acrescentou.

Apoio - Alves reafirmou o apoio do PMDB ao governo Dilma Rousseff e lembrou que eventuais articulações estão sendo conduzidas por Michel Temer, presidente do partido e vice-presidente da República, em torno da participação do partido na nova composição ministerial.

CONSUMIDOR | Relator defendeu ampliação de PPPs a fim de manter as rodovias

Comissão proíbe cobrança de pedágio em rodovia inacabada

A Comissão de Viação e Transportes aprovou o Projeto de Lei1774/11, do deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), que proíbe a cobrança de pedágio em rodovias que ainda estejam em obras. Pelo texto, a cobrança de pedágio somente poderá ter início após a conclusão de obras que estiverem em andamento.

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo do relator, deputado Diego Andrade (PSD-MG), que incluiu no texto a ressalva de que as obras ocasionais e emergenciais, destinadas à manutenção de trechos das rodovias, não estão na proibição da cobrança de pedágio.

Além disso, também foram excetuadas as obras de manutenção ou conservação habitual, desde que tenham data de início e conclusão programadas pelas empresas responsáveis por sua execução.

Segurança - Para Diego Andrade, o pagamento de pedágio em rodovias somente se justifica quando os usuários têm à disposição boas condições de infraestrutura e segurança para trafegar. "A ideia é que se pague o pedágio só quando o trecho ficar pronto. Na realidade, o projeto não prevê que toda a rodovia deva ficar pronta [para que se possa realizar a cobrança], mas só pode cobrar pedágio do trecho que ficar pronto. Não podemos permitir que o cidadão pague pedágio por um trecho de rodovia inacabado. Não é justo com o cidadão. Ele se sente lesado."

Acervo Câmara dos Deputados

Obras ocasionais e emergenciais em estradas estão fora da proibição da cobrança

Andrade ressaltou também a necessidade de ampliação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) que possam manter as principais rodovias do País. "A maior parte das concessionárias consegue, em parceria, manter as rodovias em melhores condições de uso. O que a gente precisa é manter um custo baixo para os pedágios– respeitando o cidadão – e cobrar somente quando a obra estiver concluída."

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e segue para análise das comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

ECONOMIA | A proposta permite a micro e pequenas empresas captar recursos financeiros

Acesso de micros ao mercado de capitais

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou proposta que autoriza micro e pequenas empresas (MPEs) a recorrer ao mercado de capitais para captar recursos financeiros para desenvolvimento e expansão das atividades.

Pela proposta, micro e pequenas empresas poderão receber, por meio de ações ou fundos de investimentos privados, recursos de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, incluindo sociedades anônimas (S/A) e sociedades por conta de participação.

Foi aprovado um substitutivo do relator, deputado Antonio Balhmann (Pros-CE), para o Projeto de Lei Complementar 368/13, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ).

Impedimento - Atualmente, a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar Federal 123/06) veda a adesão ao Simples Nacional das MPEs que tenham entre seus proprietários outras pessoas jurídicas.

Sonia Baiocchi

Atualmente, a empresa que atua na bolsa não pode se inscrever no Simples

O texto aprovado prevê que as MPEs estariam livres desse impedimento e poderiam acessar o mercado de capitais sem ter que deixar o regime de tributação simplificada do Simples Nacional.

Veto - Uma emenda com esse objetivo chegou a ser incluída no texto-base do PLP 221/12, que universalizou o acesso do setor de serviços aos benefícios do Simples. Mas, ao sancionar o projeto, a presidente Dilma Rousseff acabou vetando a autorização. A razão do veto foi exatamente o dispositivo do Estatuto das Micro e Pequenas que proíbe esses estabelecimentos de aderir ao Simples caso tenham em composição societária a participação de outras empresas.

Tramitação - A proposta será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça. Em seguida, pelo Plenário.

VIGILÂNCIA

Câmeras terão que arquivar imagens por 30 dias

Foi aprovada pela Comissão de Segurança e Pública proposta que regulamenta o uso dos sistemas de monitoramento e vigilância por meio de câmeras. As regras constam do substitutivo que o deputado Junji Abe (PSD-SP) apresentou a dois projetos de lei que tramitam em conjunto (PLs 7018/13 e 7453/14).

A principal novidade é que os estabelecimentos com grande fluxo de pessoas, monitorados por circuito fechado de câmeras, serão obrigados a manter os arquivos de imagens diárias armazenados por, no mínimo, 30 dias. Essa medida passará a ser obrigatória, por exemplo, para bancos, shoppings, hospitais, clínicas médicas, rodoviárias, aeroportos, escolas, casas de espetáculo em geral, academias de ginástica, vias públicas e condomínios residenciais.

O autor do PL 7018/13, deputado Onofre Santo Agostini (PSD-SC), lembra que as imagens e os áudios costumam ser apagados diariamente, o que prejudica eventuais investigações policiais. "Para a eventual necessidade de um processo, de um inquérito ou de uma ação na Justiça, torna-se obrigatório que a imagem se mantenha gravada por 30 dias."

O substitutivo prevê ainda que todos os eventos públicos ou privados realizados em espaços abertos sejam monitorados por câmeras e as imagens preservadas por, no mínimo, 180 dias.

Flagrante - O deputado João Campos (PSDB-GO) votou favoravelmente à proposta, mas questionou alguns pontos. Um deles é o que obriga o responsável pela manutenção do sistema de monitoramento a comunicar à polícia crimes flagrados pelas câmeras, em prazo máximo de 72 horas. "Acho que se cria uma obrigação desnecessária. As imagens são captadas em espaço público, de uso comum, e elas só serão solicitadas em hipótese de crime. De modo geral, o projeto é bom, é um avanço, mas acho que precisa de aperfeiçoamentos", disse Campos.

O desrespeito às regras previstas obrigará o infrator ao pagamento de mil vezes o valor da Ufir, com arrecadação revertida para o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Tramitação - O texto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

SOCIEDADE | Este é apenas um dos pontos polêmicos do projeto, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente

Estatuto da Família proíbe adoção por casais gays

O relator do projeto de lei do Estatuto da Família (PL 6583/13), deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), apresentou substitutivo à proposta. Fonseca manteve a definição de família como o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, por meio de casamento ou união estável, ou comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (monoparental). Essa é a mesma definição contida no projeto original, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR-PE).

O relator inseriu no texto outro dispositivo polêmico: o substitutivo modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8069/90) para exigir que as pessoas que queiram adotar sejam casadas civilmente ou mantenham união estável, constituída nos termos do artigo 226 da Constituição. Como o texto constitucional reconhece explicitamente apenas a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, na prática o substitutivo proíbe a adoção de crianças por casais homossexuais.

Hoje, embora a adoção de crianças por casais gays não esteja prevista na legislação, ela tem sido garantida pela Justiça. Porém, para Fonseca, "a concessão pelos tribunais da adoção homoafetiva desconsidera o fato de que o tema de pares homossexuais formando famílias ainda não está pacificado na sociedade". Na visão dele, "trazer a criança para o meio de um furacão é no mínimo desprezo à proteção dos direitos desse menor".

Lucio Bernardo Jr.

Wyllys: projeto contraria decisão do STF

Luis Macedo

Fonseca: tema não está pacificado

A proposta permite, porém, a adoção por solteiro ou por uma única pessoa. "Isso não seria contrário à plenitude do interesse da criança e teria o paralelo com a família monoparental", afirmou Fonseca.

O relator disse que o projeto mantém o conceito de família existente na Constituição e que não pode mudar o texto constitucional por meio de um projeto de lei. "Para mudar uma Constituição, teria que ser uma proposta de emenda à Constituição", afirmou.

Entidade familiar - O deputado Jean Wyllys (PSol-RJ), no entanto, destaca que o projeto contraria decisão do Supremo Tribunal Federal, que, "como intérprete legítimo da Constituição", já reconheceu, em 2011, a união estável homoafetiva (formada por pessoas do mesmo sexo) como entidade familiar.

Além disso, ele acredita que o estatuto viola princípios constitucionais, ao institucionalizar a discriminação. Para Wyllys, o texto tenta impor um modelo familiar único, não respeitando a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira.

Jean Wyllys, que integra a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, ressalta que a comissão especial que analisa a matéria de forma conclusiva é composta majoritariamente por deputados evangélicos, que devem votar favoravelmente à proposta.

Segundo Jean Wyllis, se não for possível barrar a tramitação do projeto na Câmara, a frente parlamentar vai atuar no Senado para impedir a aprovação da proposta.

"Educação para a Família"

Ronaldo Fonseca manteve a previsão da disciplina obrigatória "Educação para a Família" no ensino básico.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) critica essa proposta. "Como vai se sentir a criança que é fruto de uma família homoafetiva, se estará sendo difundido nas escolas um modelo de família que não a inclui?", questionou.

Internação - O relator prevê ainda internação compulsória de dependentes químicos, pelo juiz competente, ouvido o Ministério Público.

MARATONA HACKER | Aplicativos sobre políticas de gênero e cidadania são mostrados em evento na Câmara dos Deputados

Tecnologia para combater violência contra a mulher

Hackers, programadores e especialistas em assuntos relacionados a gênero começaram ontem a trabalhar efetivamente nos 22 aplicativos que vão usar tecnologias digitais para traduzir dados públicos de maneira útil e acessível a qualquer pessoa.

Reunidos no Salão Branco da Câmara dos Deputados, eles participam da 2ª edição do Hackathon – espécie de maratona colaborativa que desafia desenvolvedores de soluções digitais. Neste ano, os 47 participantes deverão criar aplicativos para ampliar a transparência de dados públicos sobre "violência contra a mulher" e sobre "políticas públicas de gênero e cidadania".

Uma dos projetos de aplicativo, por exemplo, pretende fornecer informações úteis sobre a violência obstétrica, que envolve agressões físicas ou emocionais de gestantes por parte dos profissionais da área da saúde. A ferramenta vai funcionar como uma espécie de rede social, permitindo que as próprias mulheres possam compartilhar informações e experiências com outras gestantes.

Antonio Araújo

Os 47 participantes deverão criar aplicativos para ampliar a transparência de dados

Especialistas - Coordenador do evento, Cristiano Ferri destacou que a novidade deste ano é a participação de especialistas, como sociólogos e antropólogos que pensam e discutem a questão de gênero.

Para a coordenadora de Acesso à Justiça e Combate à Violência da Secretaria de Diretos da Mulher da Presidência da República, Aline Yamamoto, eventos como o Hackathon podem resultar em ferramentas importantes no combate a problemas sérios, como a violência contra a mulher.

A deputada Rosane Ferreira (PV-PR) defendeu o potencial das tecnologias digitais como meios de acesso à informação. "Hoje não dá para dispensar a linguagem da internet. É mais um instrumento de enfrentamento contra a violência de gênero e contra a violência doméstica que assolam o nosso País", afirmou.

Rede - Outro aplicativo em desenvolvimento nesta semana é o Myrthes, que cria uma rede social para troca de informações entre mulheres vítimas de violência e advogados. Conforme Mônica Monteiro, que participa do grupo responsável pelo aplicativo, a ideia é que as mulheres possam tirar dúvidas e se orientar sobre o que fazer caso a caso.

O grupo estuda parcerias com universidades e com advogados que já são engajados na defesa dos direitos femininos.

Os dois projetos vencedores participarão de encontro sobre democracia digital na sede do Banco Mundial, em Washington (EUA).

PINGA-FOGO

Para Zé Geraldo, Lei do Petróleo facilita corrupção em estatal

O escândalo de corrupção na Petrobras tem origem no governo do PSDB com a Lei do Petróleo, de 1997, na avaliação de Zé Geraldo (PT-PA). Segundo ele, essa lei retirou a contratação por meio de licitações permitindo um sistema de contrato facilitado, feito até mesmo por carta convite. Zé Geraldo defende que se aprove na Câmara a revogação da Lei do Petróleo. Ele informou que vai apresentar um projeto de lei para acabar com a facilidade de se desviar recursos da Petrobras, que é, segundo ele, o maior patrimônio do Brasil.

Stédile questiona contrato da Petrobras com IESA

A Petrobras rescindiu o contrato com a empresa IESA Óleo e Gás para construir plataformas de petróleo e equipamentos na fábrica montada em Charqueadas, no Rio Grande do Sul. José Stédile (PSB-RS) questionou a forma como foi feita a licitação do contrato, já que agora a IESA alega não ter capacidade de produzir. Com o cancelamento do contrato, o governo federal irá importar os equipamentos da China, o que segundo José Stédile, demonstra uma falta de respeito com os recursos públicos. Além disso, ele afirmou que a medida vai prejudicar o desenvolvimento de toda a região.

Artes\UFU

Weliton Prado quer participação da academia em projetos de mobilidade

A Universidade Federal de Uberlândia vai apresentar à sociedade a proposta de implantação do Veículo Leve sobre Trilhos na cidade. Weliton Prado (PT-MG) destacou o estudo de viabilidade técnica como fundamental para definir o trajeto por onde passará o veículo. Segundo o deputado, o objetivo é que todas as cidades acima de 500 mil habitantes ou nas regiões metropolitanas contem com as parcerias das universidades federais para viabilizar estudos que tornem possível implantar veículos leves sobre trilhos ou metrôs.

Izalci elogia decisões da CPMI da Petrobras

Ao fazer um balanço dos trabalhos da CPI Mista da Petrobras, Izalci (PSDB-DF) comemorou a aprovação da quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de envolvidos no esquema. A CPMI também aprovou a realização de uma acareação entre ex-diretores. Para Izalci, os requerimentos são importantes para dar continuidades às investigações.

Maldaner destaca exportação de carne suína para os EUA

A Cooperativa Central Aurora Alimentos, de Chapecó, em Santa Catarina, embarcou no Porto de Itajaí o primeiro contêiner de carne suína brasileira para os Estados Unidos, com 25 toneladas do produto. Celso Maldaner (PMDB-SC) acrescentou que já há a contratação de uma segunda carga, de mesmo peso, que deverá ser despachada ainda este ano.

Inocêncio: estudo sobre minerais analisa políticas públicas do setor

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos lançou a publicação Minerais Estratégicos e Terras-Raras. Presidente do colegiado, Inocêncio Oliveira (PR-PE) disse que o estudo analisa as políticas públicas do País nas áreas de pesquisa, exploração e beneficiamento desses minerais, além de expor sua aplicação na indústria tecnológica de ponta.

Édio Lopes defende mais presença do PMDB no governo

Édio Lopes (PMDB-RR) lembrou que seu partido é considerado o maior do País, com o maior numero de vereadores, prefeitos, governadores, tendo a segunda bancada na Câmara e a primeira no Senado. Conta ainda com a vice-presidência da República. Porém, nos últimos quatro anos, segundo o deputado, o PMDB se anulou. Para o mandato que se inicia em 2015, o parlamentar defende que o partido participe de forma visível nas decisões de governo e ocupe o lugar que de fato lhe cabe. O PMDB, de acordo com o parlamentar, deve ser tratado como governo, caso contrário deve assumir o papel de oposição.

© mimagephotos - Fotolia

Fátima Bezerra cobra políticas efetivas para a população negra

O Dia da Consciência Negra representa, na opinião de Fátima Bezerra (PT-RN), um dia de luta contra o preconceito étnico e racial. É o dia de reafirmar a indignação contra toda e qualquer forma de opressão e discriminação do povo negro. Para Fátima Bezerra, também é o momento de cobrar políticas públicas em defesa dos interesses da comunidade negra. A parlamentar citou, entre os vários projetos que tramitam na Câmara em apoio à população negra, o que cria o Programa Juventude Viva.

Frente quer tribunais federais em quatro estados

O coordenador da frente parlamentar mista pela criação de quatro novos tribunais federais, deputado Amauri Teixeira (PT-BA), vai propor aos deputados das bancadas de Bahia, Paraná, Minas Gerais e Amazonas que resistam à análise do Projeto de Lei 8132/14, que cria 82 cargos de juiz de tribunal regional federal (TRF).

O objetivo é pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a analisar a Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona a Emenda Constitucional 73. A emenda cria quatro novos tribunais regionais federais nesses estados. Uma decisão liminar do então ministro do STF Joaquim Barbosa, em 2013, foi favorável à ação.

A frente parlamentar promoveu ontem ato público em defesa da instalação das novas cortes. Vários deputados e juízes presentes criticaram o Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, além de enviar o projeto que amplia os tribunais atuais, criou uma comissão para analisar a criação de apenas dois novos tribunais, no Amazonas e em Minas Gerais.

Segundo o deputado Amauri Teixeira, isso seria um desrespeito ao Legislativo, que já se pronunciou por emenda constitucional. "Não vamos aceitar a ampliação do número de desembargadores enquanto não definirmos o novo quadro de tribunais regionais federais. Está provado que essa estrutura é falida, eles já tentaram de tudo com a estrutura que está aí. A existência de cinco tribunais regionais federais não dá conta da nova realidade federativa brasileira. Não adianta ampliar, tem que descentralizar."

Ampliação - O presidente do STJ, Francisco Falcão, tem afirmado em entrevistas que a ampliação dos tribunais atuais é uma medida mais eficiente que a criação de novos.

O presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Antonio César Bochenek, disse que somente Paraná e Minas Gerais, que não têm tribunais, são responsáveis pelo início de 40 mil processos por ano. "Há uma distância territorial muito elevada e que demonstra a necessidade de descentralização e criação de novos tribunais", observou Bochenek.

Representantes de entidades comerciais afirmaram que muitas empresas têm aumento de custos quando precisam se deslocar para acompanhar suas defesas judiciais onde existe o tribunal de segunda instância.

DIREITO E JUSTIÇA | Projeto flexibiliza regras para o porte de armas pela população

Comissão debate revogação do Estatuto do Desarmamento

O projeto que revoga o Estatuto do Desarmamento (PL 3722/12) será tema de audiência pública marcada para hoje. O debate é promovido pela comissão especial que analisa a polêmica proposta. "Esse projeto não tem o objetivo de permitir a justiça com as próprias mãos, mas pelo menos dá uma sensação maior de segurança para as famílias, nas suas casas, nas suas fazendas. O porte de arma já existe. Isso não é novidade. O que nós estamos fazendo é uma regulamentação desse assunto", afirmou o presidente da comissão, deputado Marcos Montes (PSD-MG).

O número de mortes por armas de fogo caiu em 11% em 2004, logo depois da primeira Campanha de Desarmamento

A proposta, de autoria do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), retira as restrições do atual estatuto ao porte particular de armas por civis e cria normas para a comercialização delas e das munições.

Na atual lei (10.826/03) o porte de armas por civis é permitido somente quando a necessidade for comprovada. Nesse caso, o portador poderá usar, mas somente com registro no Comando do Exército, por tempo limitado. No novo texto, não há mais a exigência de uma justificativa de necessidade, nem prazo para o porte de arma para civis. Além disso, o projeto reduz de 25 para 21 anos a idade mínima para adquirir arma de fogo.

Luiz Alves

Na campanha, armas foram destruídas

Informações sobre a tramitação do PL 3722/12 estão entre os assuntos mais solicitados pelo público junto à Câmara com base na Lei de Acesso à Informação (12.527/11). O tema também ocupa o terceiro lugar entre as enquetes abertas no Portal da Câmara, com mais de 197 mil votos.

Divergências - O governo federal é favorável a manter o estatuto como é hoje. Segundo o Ministério da Justiça, o número de mortes por armas de fogo caiu em 11% em 2004, logo depois da primeira Campanha de Desarmamento.

O presidente do Movimento Viva Brasil, Bené Barbosa, defende a revogação do Estatuto do Desarmamento. Ele negou que o movimento esteja sendo custeado pela indústria bélica e afirmou que mudanças atenderão anseios da população.

Já o coordenador de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, é contra a revogação. "Diversos estudos comprovam que, quanto mais armas em circulação, maior o número de homicídios. Esse projeto vem com uma defesa que é bastante questionável de que o cidadão sozinho com uma arma na cintura vai ser capaz de prover a sua própria segurança", criticou Langeani.

A audiência será realizada no plenário 11, a partir das 14h30.

SESSÃO SOLENE | Associação das administradoras de imóveis foi homenageada pela Câmara

Plenário comemora 40 anos da Abadi

A Câmara realizou sessão solene em homenagem aos 40 anos da Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis (Abadi). Deputados e membros da entidade compareceram ao Plenário, onde prestaram suas homenagens e ressaltaram a importância da Abadi na institucionalização do mercado imobiliário no País.

O deputado Mauro Benevides (PMDB-CE) destacou a história da Abadi nesses últimos 40 anos. "Em seu segundo ano, a associação foi convidada pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa a fazer parte da subcomissão que analisou a legislação e projetos de lei sobre locação de prédios urbanos que resultou na aprovação da primeira Lei do Inquilinato deste País", disse.

O presidente do Conselho Deliberativo da Abadi, Pedro Carsalade, afirmou que a entidade vem durante 40 anos tentando fazer com que o mercado imobiliário nacional seja "justo, próspero e ético''. Já a presidente da associação, Déborah Mendonça, agradeceu a homenagem e acrescentou que a iniciativa da Câmara "vem para coroar esse ano comemorativo da Abadi, e isso só nos dá mais força e mais motivação para seguir esse trabalho''.

Bruno Franchini

A participação da entidade na Lei do Inquilinato foi lembrada na sessão solene

Subsídios - O autor do pedido de homenagem, deputado Julio Lopes (PP-RJ), defendeu melhorias na distribuição de subsídios federais, como o Minha Casa Minha Vida. ''Hoje vivemos um descontrole nesses subsídios. Acho que o Minha Casa Minha Vida e outras ações têm que ser feitas de forma que possamos melhor administrar os subsídios, para que tenhamos mais valores a aplicar na qualidade da habitação e da vida."

MINERAIS | Engenheiro diz ter sido vítima de falta de segurança de empresa paulista, e exposto à radioatividade

Ministério vai apurar contaminação em indústria

O coordenador-geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, Jorge Machado, afirmou aos deputados da Comissão de Direitos Humanos e Minorias que vai solicitar investigação sobre a possível contaminação por minerais e seus riscos de exposição aos trabalhadores pela empresa GEA do Brasil, na cidade de Franco da Rocha (SP).

Essa empresa atua na produção de equipamentos de troca de calor em processos industriais que exigem altas temperaturas em suas linhas de produção.

A comissão discutiu a denúncia feita pelo engenheiro e ex-funcionário Paulo da Costa Xavier, que tenta provar na Justiça ter sido vítima de falta de cuidados de segurança da empresa. Segundo ele, sua saúde foi gravemente afetada pela irradiação e contaminação por elementos minerais no trabalho.

Lucio Bernado Jr.

Representantes da empresa também participaram da audiência pública na CDH

Defesa - Na audiência pública, a empresa apresentou defesa, informando ter realizado investimentos para melhorar as condições de segurança e obtido laudos sanitários e ambientais que negam radiação excessiva ou riscos de contaminação do solo e de poços artesianos.

Segundo os integrantes do colegiado, a perspectiva atual da empresa na área ambiental e funcional não invalida a atuação passada, que pode ter afetado ou colocado em risco a saúde dos trabalhadores e de residentes nas cercanias da fábrica.

O deputado Luiz Couto (PT-PB), que solicitou a audiência, ressaltou que a comissão atua na perspectiva de proteção da saúde do trabalhador e do ser humano. "Essa atuação é necessária para que as empresas tenham responsabilidade social e com o meio ambiente", afirmou.

Água contaminada - Paulo Xavier informou ter a saúde abalada e acusou a empresa de cometer crimes contra a saúde de seus próprios funcionários, pela exposição à radioatividade e por utilização de água contaminada de alguns poços artesianos que abastece o estabelecimento, onde foi comprovada a existência de substâncias (tetracloreteno) e minerais (ferro e manganês) em concentrações prejudiciais ao fígado e ao cérebro humano.

O advogado da empresa, Bruno Souza, disse que as acusações não se sustentam e que os problemas de saúde de Xavier não são provenientes de contaminação por radioatividade. Ele disse que diversas pesquisas já mostraram que não há nada de errado com a água da GEA do Brasil.

Laudos - Por sua vez, o denunciante apresentou à comissão laudos que atestam as condições de risco. Ele levou à audiência o médico que acompanha a evolução de seu quadro clínico.

O médico Francisco D'Abronzo relatou o risco da perda funcional do fígado do ex-funcionário, mas não confirmou que o acúmulo de gordura no órgão seja consequência de contaminação por agentes químicos.

TRABALHO | Presidente de colônia de pescadores do Ceará diz que atividade é inviável na seca

Pescador quer seguro-defeso em estiagem

Representantes de pescadores questionaram na Câmara o não pagamento do seguro-defeso. Um dos convidados para a audiência pública da Comissão de Integração Nacional, o presidente da Colônia de Pescadores de Tauá, no Ceará, Antônio Cícero Lima, contestou a decisão do Ministério Público do Trabalho do seu estado de não pagar o seguro nos períodos de estiagem. Segundo ele, a pesca seria inviável na seca.

Durante o período de reprodução dos peixes de água doce – ou a piracema, como é mais conhecida a época da desova – qualquer tipo de atividade de pesca é proibido, por norma do Ibama, como uma maneira de garantir a sustentabilidade das espécies. Para que os pescadores artesanais não fiquem sem renda durante esse período, que costuma durar três meses, é concedida uma assistência financeira enquanto a atividade estiver paralisada, o seguro-defeso.

Antônio Cícero Lima relatou que, a partir de algumas reuniões "fechadas", ficou decidido que para os açudes com menos de 20% da capacidade de água os pescadores não teriam direito ao seguro-defeso. "Os pescadores pararam em fevereiro e mesmo assim não conseguiram a entrada no seguro. O que a gente quer é que, essas reuniões que estão sendo feitas fechadas tenham participação do pescador, porque é ele, lá na ponta, quem sente."

Diógenis Santos

Os pescadores artesanais hoje têm direito ao seguro apenas na época da piracema

Impasse - O presidente da Comissão de Integração, deputado Domingos Neto (Pros-CE), que solicitou a audiência para discutir as normas do seguro, assinalou que existe um impasse sobre o impacto orçamentário do programa e, especialmente, sobre a definição do que é seguro-defeso e do que é seguro pela catástrofe. "Não existe nenhuma definição nesse sentido. Nunca foi pago um seguro pela seca para o pescador, mesmo estando em lei. E nós precisamos que isso avance, ouvindo a todos os atores."

Na Câmara, já existe um projeto (PL 7312/14), de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que permite ao pescador receber seguro-desemprego por fenômeno natural ou acidental. A proposta vai alterar a Lei 10.779/03, que regula o seguro-defeso e tramita na Comissão de Agricultura.

Seca não está prevista na lei

Durante a audiência na Comissão de Integração Nacional, o procurador do Trabalho do Ceará, Nicodemos Maia, disse que a atual legislação não possibilita a inclusão desses pescadores e é necessária uma revisão da lei para esclarecer o que deve ser feito em causas naturais como a estiagem e também para ajustar a categoria às novas normas da pesca, sancionadas no ano passado com a Lei 9.893/13.

"Ocorre que, durante a seca, não há o fenômeno da piracema, então não teria como habilitar e conceder o seguro-defeso a esses pescadores profissionais. "Nós estávamos debatendo exatamente outra política pública para cobrir essa deficiência legal do seguro-defeso da pesca", explicou.

A pesca artesanal é uma das atividades mais tradicionais do País. Ela é caraterizada por utilizar mão de obra familiar, com canoas, jangadas ou mesmo sem embarcações, em costas de rios e lagos, com equipamentos de captura simples, como tarrafa, rede de cerco, linha e anzol.